



EDUCAÇÃO E GESTÃO PARTICIPATIVA: UM ESTUDO SOBRE A QUESTÃO AGRÁRIA EM ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA EM ATALAIA/AL

Adalberto Luiz de Souza Neto ¹

RESUMO

Os debates acerca da educação no Brasil são, independente do âmbito em que ocorram, intensos e permeados por múltiplas, incontáveis, nuances. Quando se trata da educação do campo em áreas de assentamento da reforma agrária vislumbram-se, então, particularidades e complexidades ainda maiores, uma vez que, dadas as patentes lacunas deixadas pelo poder público, os movimentos sociais do campo tomaram para si a responsabilidade de fortalecimento desse modelo educacional. Assim, com escopo de evitar a evasão dos jovens do campo e buscando consolidar as propostas da reforma agrária brasileira, cujo norte é a agricultura popular, tais movimentos reivindicam o uso de metodologias adequadas para o desenvolvimento das comunidades rurais através da gestão participativa e integrada dos diversos setores nos quais estão inseridos. E, a partir da gestão participativa, difundir a perspectiva coletiva e cooperada de construções das comunidades rurais. Logo, da análise do projeto político pedagógico das escolas que compõem o universo da pesquisa, da ampla investigação de seus currículos e do lugar que estes ocupam (ou poderiam ocupar) na perseguição dos objetivos supracitados, bem como do cotejo dos diagnósticos sociais propostos, torna-se possível compreender os aspectos positivos e as fragilidades do desenvolvimento da educação do campo nos assentamentos da reforma agrária em Atalaia – Alagoas, viabilizando alternativas de ampliação e aprimoramento.

Palavras-chave: Reforma Agrária, Educação do Campo e Gestão Participativa.

ABSTRACT

The debates about education in Brazil are, regardless of the scope in which they occur, intense and permeated by multiple, countless, nuances. When it comes to rural education in agrarian reform settlement areas, even greater particularities and complexities can be seen, since, given the patent gaps left by the government, rural social movements took on the responsibility of strengthening of this educational model. Thus, with the aim of preventing the evasion of rural youth and seeking to consolidate the proposals of the Brazilian agrarian reform, whose north is popular agriculture, such movements demand the use of appropriate methodologies for the development of rural communities through participatory and integrated management of various sectors in which they operate. And,

¹ Mestrando do Curso de Desenvolvimento territorial na América Latina e Caribe da Universidade Estadual Paulista - UNESP, souza.neto@unesp.com;



from participatory management, to spread the collective and cooperative perspective of constructions in rural communities. Therefore, from the analysis of the political pedagogical project of the schools that make up the research universe, from the broad investigation of their curricula and the place they occupy (or could occupy) in the pursuit of the aforementioned objectives, as well as the comparison of the proposed social diagnoses, it is possible to understand the positive aspects and weaknesses of the development of rural education in the agrarian reform settlements in Atalaia – Alagoas, enabling expansion and improvement alternatives.

Keywords: Agrarian Reform, Rural Education and Participatory Management

INTRODUÇÃO

No Brasil, o direito à educação é constitucionalmente assegurado e sua expressa previsão é encontrada no artigo 6º da Carta Magna. Ao direito à educação é conferida tamanha importância que ele figura como a primeira das garantias elencadas no rol de direitos sociais do país, nos termos a seguir colacionados: “Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, com vistas a revestir de tangibilidade o direito que fora pela Constituição Federal declarado, promulgou-se a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional (LDBEN). Da análise da LDBEN é possível verificar que, dentre inúmeras orientações, preconiza-se o zelo na concepção do currículo escolar, ressaltando a imprescindibilidade da implementação de conteúdos tanto comuns quanto diversificados, atendendo de maneira efetiva às características de cada contexto social.

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 1996).

Paulo Freire, seguramente um dos teóricos da área da educação que mais formulou sobre a primordialidade dessa aproximação, incansavelmente interpelou: “Por que não estabelecer uma “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? (FREIRE, 2014, p. 32)”.



Nesse sentido, cuidou também a LDBEN – e com maior especificidade – da oferta da educação básica para a população rural, buscando assegurar a construção de saberes pertinentes às necessidades cotidianas de tais sujeitos.

Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente:

- I – conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural;
- II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas;
- III - adequação à natureza do trabalho na zona rural (BRASIL, 1996).

Não obstante, Fanfani (2011, p. XVII) alerta:

A política educacional busca orientar a educação para fins socialmente desejáveis, mediante uma série de intervenções que consistem basicamente em orientar recursos e formular regras que facilitem determinadas práticas.

Os dilemas da política educacional são de natureza diversa (éticos, políticos, técnicos etc.) e em sua resolução intervêm uma grande diversidade de atores coletivos (sindicatos, partidos políticos, corporações privadas, empresas etc.). Cada um deles tem suas próprias tradições, interesses e recursos que determinam suas estratégias, alianças etc. Em síntese, o campo da política educacional é plural, complexo e muitas vezes atravessado por conflitos¹ (FANFANI, 2011, p. XVII).

Assim, vê-se que embora normativamente reconhecida a importância da educação focalizada no cotidiano dos sujeitos, diversos são os debates e múltiplos os agentes que influenciam os processos educacionais. Para Mészáros (2008, p. 15):

A educação, que poderia ser uma alavanca essencial para a mudança, tornou-se instrumento daqueles estigmas da sociedade capitalista: “fornecer os conhecimentos e o pessoal necessário à maquinaria produtiva em expansão do sistema capitalista, mas também gerar e transmitir um quadro de valores que legitima os interesses dominantes”. Em outras palavras, tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes. Em lugar de instrumento da emancipação humana, agora é mecanismo de perpetuação e reprodução desse sistema.

Ante tal contexto, urge compreender (de modo ainda mais particular) a concepção de ensino que serve de norte às instituições de ensino que atendem famílias beneficiadas



pela reforma agrária, dadas as peculiaridades que envolvem o sistema de reorganização fundiária no Brasil e cujo escopo é o alcance de justiça social e aumento da produtividade agropecuária por meio de melhor distribuição das terras do país.

À vista disso, a proposta apresentada neste projeto objetiva analisar o programa de ensino implementado nas escolas da região de Ouricuri, no município de Atalaia/AL, que recebem assentados em idade escolar correspondente ao ensino fundamental e médio. Para tanto, pretende-se desenvolver estudos junto à Escola Municipal João Cordeiro Souza Junior e à Escola Estadual Marechal Floriano Peixoto, a fim de identificar em que medida os respectivos programas de ensino atendem ao preconizado pela LDBEN e integram em seu currículo saberes inerentes ao cotidiano rural alagoano e à política agrária brasileira.

METODOLOGIA

O trabalho, em sua dimensão ideológica, será fundamentado, filosófica e epistemologicamente, no materialismo histórico dialético, que para Lessa e Tonet (2011, p. 42) “concebe o mundo dos homens como a síntese de prévia-ideação e matéria natural”. Assim, articular-se-á o estudo da problemática com a investigação dos fenômenos que a envolvem.

A visão materialista da história considera-a um processo movido pelas contradições presentes na sociedade, em que o homem consciente deste, num movimento dialético, modifica as relações de produção, o materialismo histórico diferencia-se das diversas ‘filosofias da história’ no fato de não limitar-se a ‘explicar’ a história, mas também de intervir nela, fazendo consciente a sua tendência inconsciente (COGGIOLA, 1995).

O estudo combina as abordagens qualitativa e quantitativa nos termos propostos por Minayo (1994). A pesquisa quantitativa caracteriza-se pelo emprego da quantificação, tanto nas modalidades de coleta de informações, quanto no tratamento dessas através de técnicas estatísticas, enquanto na pesquisa qualitativa a informação coletada pelo pesquisador não é expressa em números.

O estudo será delineado por meio de pesquisa bibliográfica, que segundo Gil (1999, p. 65) é aquela “[...] desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos” A construção da primeira parte da pesquisa



bibliográfica fundamentar-se-á em obras nas quais é desenvolvida a discussão da relação da educação no campo e da reforma agrária.

Também será empregada pesquisa documental, com uso de materiais, definidos por Gil (1999, p.66) como aqueles que “não receberam ainda um tratamento analítico ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa” Nesta etapa, explorar-se-ão os documentos institucionais do universo pesquisado (como o Projeto Político Pedagógico) bem como Leis, Decretos, Planos, Programas e Diretrizes atinentes à temática.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação não pode ser considerada apenas um replicador de conhecimento, mas sim uma construção de conhecimento, uma vez que a educação deva ser direcionada de acordo com a necessidade daquele contexto social. No entanto, o direcionamento da educação vai de acordo com o cenário político do lugar, que apesar de toda a legislação a favor de uma educação horizontalizada em muitas das vezes vai de encontro com o neoliberalismo.

Existem duas vertentes da educação, uma voltada ao interesse do capital, mais conhecida como a educação neoliberal e um outra que é a Educação progressista que visa construir um conhecimento de maneira crítica.

Segundo Mézáros, A educação tem que ser sempre continuada, se não, não é educação e defende a existência de praticas educacionais que permitam aos educadores e alunos trabalharem as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade na qual o capital não explore mais o tempo de lazer, pois as classes dominantes impõem uma educação para o trabalho alienante com o objetivo de manter o homem dominado.

Reforma Agrária

Segundo o Estatuto da Terra, a reforma agrária é o conjunto de medidas para promover a melhor distribuição da terra mediante modificações no regime de posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social, desenvolvimento rural sustentável e aumento de produção (Lei nº 4504/64). Segundo SOUZA (2001), define-se reforma agrária, comumente, como conjunto de medidas adotadas com a finalidade de adequar o uso e a posse da terra a condições que ensejam o desenvolvimento da agricultura.



Considerando a promoção do desenvolvimento agrícola como o principal objetivo da reforma agrária, a sua defesa no Brasil tem sido realizada utilizando-se de argumentos com base na necessidade e na compreensão de se alcançar o desenvolvimento econômico.

Assim como trata CRUZ (2015), a desproporcionalidade na distribuição de terras no Brasil pode ser observada desde a época da colonização, como herança do regime das capitanias hereditárias e do regime das sesmarias, deu início aos grandes latifúndios do país, caracterizando-o como uma das estruturas fundiárias mais injustas do mundo, concentrando grandes áreas rurais nas mãos de poucas pessoas, principalmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

Essas capitanias foram criadas para conter o assédio de outros países nas terras recém descobertas pelo Governo Português, no intuito de resguardar as riquezas naturais que estavam sendo encontradas.

Aqueles que são contrários à reforma agrária preferem abordar as questões econômicas, que visa sempre o lucro pessoal e não o desenvolvimento local, focando na pauperização do homem do campo. São as políticas econômicas equivocadas que causaram exclusão e concentração de riqueza nas mãos de poucos, vinculação direta de nossa economia ao capital estrangeiro e, principalmente, a não realização de uma reforma agrária ampla. A redução da concentração de terras, e a sua melhor distribuição, poderia abrandar o problema da pobreza no país.

Nesse contexto a agricultura familiar, realizada nas pequenas propriedades rurais devem ser observadas detalhadamente, para que possa alcançar e favorecer todo um conjunto de situações de interação entre o homem e a natureza, visando uma mudança na maneira de produzir, que devem ser diferenciadas em relação às utilizadas pelos grandes produtores.

Reforma Agrária em Alagoas

Desde 1817, quando Alagoas tornou-se independente de Pernambuco, a cultura do algodão foi uma das principais culturas na região do semiárido de alagoas, já que todo região litorânea e parte dos tabuleiros estavam ocupadas em sua grande maioria pela cana-de-açúcar. A intensa ocupação passou a preocupar os donos de engenho, receosos de que as constantes queimadas e derrubadas das matas os deixassem sem seu principal combustível, a lenha.



Segundo SOUZA (2001), desde essa época, em Alagoas, terra é sinônimo de poder. Por essa razão, como em várias outras regiões do País, os grandes proprietários tratavam de garantir suas propriedades cercando-se de homens e armas. Assim, quando surgiram os primeiros problemas de posse de terra, com as tentativas de regularização fundiária, após o período colonial, já ocorriam em Alagoas “soluções” apoiadas na “lei do mais forte”. Essa prática tornou-se corriqueira no interior alagoano, chegando a persistir até bem pouco tempo em algumas regiões do sertão, onde a luta pela terra e pelo poder dizimou famílias inteiras.

A força do trabalho escravo em Alagoas não foi substituída de imediato pelo trabalho assalariado. Durante muito tempo, predominaram outras formas de relação de produção, como o regime de “meação” e a utilização do “morador”. Os negros libertos ou remanescentes dos quilombos extintos, sem meios para produzir, teriam que se adaptar a essa nova situação, que pouco diferia da anterior. Essas formas, que tinham como principal característica a manutenção dos trabalhadores como reserva de mão-de-obra para sua utilização quando necessário estão praticamente abandonadas atualmente, embora ainda possam ser encontradas esporadicamente em algumas áreas do sertão.

Reforma Agrária em Atalaia

Segundo os historiadores, o município de Atalaia recebeu essa denominação por ter sido o local onde as forças que lutavam contra os Palmares ficavam de "atalaia". Outros acreditam que foi uma homenagem feita pelo Rei de Portugal ao Visconde de Atalaia, quando os habitantes do povoado pediram ao Rei a criação da vila. O início do povoado vem do século XVII, época dos Quilombos, que chegou até ser chamado Arraial dos Palmares. Coube a Domingos Jorge Velho abrir caminhos para as tropas através das matas. Quando a luta acabou, foram distribuídas sesmarias aos vencedores. A parte que coube a Jorge Velho se transformou no povoado de Atalaia, onde foi erguida a igreja de Nossa Senhora das Brotas. Por muitos anos, o povoado teve grande prosperidade, mas as lutas políticas fizeram com que os habitantes partissem, enfraquecendo o comércio e trazendo a decadência ao município, que não conseguiu mais recuperar seu prestígio do ponto de vista econômico. Foi o quarto núcleo de povoamento de Alagoas e cidade-mãe dos municípios de União dos Palmares, Capela, Cajueiro, Viçosa, Pindoba, Chã Preta e Murici.



A partir do ano de 1694, iniciou uma supressão das matas para a exploração da madeira, a região também contava com solos bastante férteis e um enorme potencial hídrico e fora iniciado também os plantios de subsistência para a população local, como o feijão, inhame, batata-doce, mandioca e milho.

Em meados do século XVII, a cana de açúcar foi introduzida no município de Atalaia, mas ainda não seria o principal cultivo da região e era cultivada com harmonia com as demais culturas agrícolas da região, mas no final do século XVII e início do século XVIII, a cana de açúcar passou a suplantando as demais culturas agrícolas. Com o desenvolvimento da cultura canavieira no município de atalaia, surgiram os primeiros engenhos banguês, e até o ano de 1854 haviam 30 engenhos. Em 1859 caíram para 26 o número de engenhos na região e até o ano de 1870 existiam mais de 60 engenhos.

No final do século XIX, os engenhos centrais evoluíram para modernas usinas, e em 1882 surgiu a primeira usina açucareira em Alagoas, a Usina Brasileiro, propriedade de Felix Gustavo de Wandesmeth, Barão de Wandesmeth. A usina ficava a 10km da cidade de Atalaia. No ano de 1960 as propriedades da Usina foram dadas ao Banco, pela justiça, como pagamento de dívidas. Atualmente, as terras da Usina Brasileiro comportam quatro assentamentos da reforma agrária: Margarida Alves II, Ipê Amarelo, Brasileiro e Varese.

A segunda Usina a surgir em Atalaia, foi a Usina Uruba no ano de 1906. Essa Usina foi a evolução do Engenho Uruba da família Peixoto, seus primeiros donos. Em 1970 foi vendida ao grupo João Lyra e atualmente é administrada por uma cooperativa de produtores de cana de açúcar.

Em 1920 surge a terceira Usina de cana-de-açúcar em Atalaia, a Usina Ouricuri, que pertencia a Manoel Tenório de Albuquerque Lins, que na década de 1990, por falta de tecnologia que barateasse e aumentasse a produção e também por conflitos familiares na disputa pela herança, foi à falência. Atualmente nas terras da usina Ouricuri existem seis assentamento que são: Ouricuri/Milton Santos, Ouricuri II/Jaelson Melquiades, Ouricuri III/Francisco de Souza, São Pedro II, São Luiz e o Padre Cicero/Miranda. Existem ainda na região mais três acampamentos: São José, Timbó e o Sonho de Rose.

Não existindo registros referentes às datas de fundação, mas outras três Usinas existiram em Atalaia e dentre elas estão as Usinas Rio Branco, que pertencia a Oscar Bernard, a Usina São Jose que pertencia a Alberto Tenório e a Usina Vitória do Cacau do Major Sabino da Silva Moraes.



Grande parte do território rural de Atalaia, como descrito anteriormente, foi ocupada pelo latifúndio da cana-de-açúcar, dominado por um bom tempo por usinas de Cana-de-açúcar. Neste cenário, desde a falência da Usina Ouricuri no início da década de 1990, o território tem sido palco de diversos conflitos, se configurando como um território emblemático na disputa por terras no campo alagoano.

Embalados pela conquista da Fazenda Timbozinho, em 17 de março de 1997, o Movimento continua luta com novas ocupações, e no mesmo mês, no município de Atalaia, acontece a ocupação da Fazenda Canto, por noventa famílias. "...” Em 25 de Abril de 1997, 320 famílias ocuparam a fazenda Boa Fé, em Atalaia, sendo despejadas dois dias depois; a fazenda foi recuperada e julho do mesmo ano, mas as famílias foram despejadas violentamente por um grande aparato policial, liderado pelo coronel Pimentel. "...” Em 17 de junho 1998, 1.200 famílias ocupam a falida Usina Ouricuri, no município de Atalaia; não houve despejo só ameaças e confronto com pistoleiros da Usina Triunfo, que plantava cana nas terras da falida usina (SILVA, 2013 p.402).

Com a organização dos movimentos sociais de luta pela terra, com grande destaque de atuação do MST, em grande parte das áreas das usinas falidas Ouricuri e Brasileiro, foram criados projetos de assentamentos da reforma agrária, que hoje beneficiam diretamente mais de 500 famílias de agricultores familiares.

Educação do Campo

A educação do campo, a partir das últimas reflexões e lutas dos movimentos sociais como o Programa de Educação de Reforma Agrária (PRONERA) e o legislativo com as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas do Campo aprovada em 2001, trazem uma perspectiva: organização social, identidade, lazer, sociabilidade e sustentabilidade. Onde a Educação do Campo tratada no meio rural é concebida como espaço heterogêneo destacando a diversidade cultural e econômica de atividades agrícolas e não-agrícolas.

A educação formal assumiu com isso o compromisso de contribuir articulando as práticas empíricas aos conhecimentos científicos, não o inverso, como erroneamente está acontecendo na maioria das práticas pedagógicas das Escolas do Campo. Neste viés a educação traz sua contribuição sociabilizando instrumentos que possam superar a alienação subjetivamente implícita dos órgãos institucionalizados, através da reestruturação das nossas condições de existência, como também mudanças em nossa maneira de ser.



Sendo o papel dos que fazem a escola articular meio de reestruturação de instrumentos que possam superar a alienação presente em algumas práticas educativas. Com isso comungamos da afirmação de Mészáros quando pontua que: “o papel da educação é soberano, tanto para elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a auto mudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente.” (2005:65).

Nos últimos treze anos, os movimentos sociais e sindicais rurais organizaram-se e desencadearam um processo nacional de luta pela garantia de seus direitos, articulando as exigências do direito à terra com as lutas pelo direito à educação. Esse processo nacionalmente se reconhece como Movimento de Educação do Campo. Sua novidade se refere principalmente ao protagonismo de sujeitos que não haviam antes ocupado a cena educacional brasileira: os trabalhadores rurais. É em função desse protagonismo que o conceito Educação do Campo se vincula necessariamente ao contexto no qual se desenvolvem os processos educativos e os graves conflitos que ocorrem no meio rural brasileiro, em decorrência dos diferentes interesses econômicos e sociais em disputa pela utilização desse território (MOLINA & FREITAS, 2011, p. 18).

Na realidade atual do campo, verifica-se que as fortes contradições decorrentes da expansão das relações capitalistas na agricultura acirram o contraponto entre lógicas ou modos de produção agrícola.

Gestão Participativa

Uma forma de conceituar gestão é vê-la como um processo de mobilização da competência e de energia de pessoas coletivamente organizadas para que, por sua participação ativa e competente, promovam a realização, o mais plenamente possível, dos seus objetivos de trabalho.

O entendimento do conceito de gestão assenta-se sobre a maximização dos processos sociais como força e ímpeto para promoção de mudanças, senão vejamos:

O conceito de gestão, portanto, parte do pressuposto, de que o êxito de uma organização social depende da mobilização de ação construtiva conjunta



dos seus componentes, pelo trabalho associado mediante reciprocidade que era um “todo” orientado por uma vontade coletiva (LUCK, 2017, p.19).

Cooperativismo

Segundo a OCB/SESCOOP, o cooperativismo é um modelo de negócios pautado pelo empreendedorismo e pela participação democrática. Unir pessoas e compartilhar resultados. Esta é a proposta do movimento cooperativista. O que se busca é a prosperidade conjunta, o atendimento às necessidades do grupo, e não o individualismo. De forma particular, a prática cooperativista promove, simultaneamente, crescimento econômico e inclusão social.

Já SIMULA (2017), diz que cooperar significa agir juntos com vistas a um fim comum e oferece a possibilidade de aprender a se relacionar mais conscientemente com outros e desenvolver um maior autoconhecimento. Significa aprender e agir para o bem coletivo mesmo contra à própria vontade, se submetendo ao desejo da maioria.

A cooperação é um objetivo desafiante: ela intensifica as relações humanas, expõe os conflitos de forma mais concreta, uma vez que os membros da cooperação têm uma dependência mútua. Se na cooperação alguém não trabalhar direito, isso afeta diretamente os outros, levando a uma tendência de certa vigilância mútua, o que tem aspectos positivos e negativos (SIMULA, 2017 p. 193).

Para que o cooperativismo tenha uma boa execução em todos os seus aspectos, é de extrema importância a concretização da educação do campo de forma participativa, no intuito de fortalecer o coletivo de maneira que eles se identifiquem com o direcionamento das atividades e tenham um melhor desempenho em suas atividades diárias, contribuindo para seu desenvolvimento rural sustentável.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na busca por uma sociedade mais justa estamos sempre buscando alternativas de inclusão da população em atividades que condizem com sua realidade local, não adianta a imposição e sim o diálogo para que as tomadas de decisões sejam mais horizontalizadas.

Como um dos princípios básicos da Reforma Agrária Brasileira é o Desenvolvimento Rural Sustentável e um mecanismo criado para efetivação desse princípio é o cooperativismo entre os pequenos agricultores, uma vez que o



cooperativismo é um empreendimento social dentro do sistema capitalista e que visa o homem como principal sujeito da atividade e não o lucro acima de tudo como são as empresas e indústrias convencionais. No entanto, para se fazer cooperativismo é necessária a participação de todos os cooperados de forma participativa, mas não é fácil construir um ideal cooperativista, em uma sociedade capitalista e onde todo direcionamento educacional leva a competitividade, pois temos uma educação meritocrata.

Para que consigamos alcançar nossos objetivos é necessário construir uma base sólida, para que as propostas tenham os direcionamentos adequados, mas para que isso aconteça as escolas, principalmente as rurais, deveriam ter em sua grade curricular disciplinas que condizem com a realidade local, mas para que isso aconteça tem que existir a participação de toda comunidade acadêmica, incluído os pais dos alunos e a comunidade local, na discussão não só do currículo escolar, mas também em todas as atividades que a escola venha a participar, daí a importância da gestão participativa em todos os setores da sociedade, desde a escola até as atividades profissionais e pessoais das famílias residentes na zona rural.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Publicada no DOU, de 10.11.1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em 19 nov. 2018.

_____. _____. **Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964**. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Publicada no DOU, de 30.11.1964. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em 16 nov. 2018.

_____. _____. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Publicada no DOU, de 23.12.1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 18 nov. 2018.

COGGIOLA, Osvaldo. Estudo introdutório. In: CENTRO DE ESTUDOS ANGOLANOS. **O que é a história da sociedade humana**. São Paulo: Global, 1995.

CRUZ, Ramon Salgueiro. **Elaboração de um PDA utilizando geoprocessamento: um estudo de caso no Assentamento Vila São Pedro - Viçosa-AL**. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Engenharia de Agrimensura) – Universidade Federal de Alagoas, Rio Largo, 2015.



FANFANI, Emilio Tenti. Prefácio. In: CUNHA, Célio da; SOUSA, José Vieira de; SILVA, Maria Abádia da (Org.). **O método dialético na pesquisa em educação**. Campinas: Autores Associados, 2014.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 49. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GIL, Antonio Carlos. **Análise e interpretação de dados**. 7. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

_____. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

_____. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

LUCK, Heloisa. **A Gestão Participativa na Escola**. Petrópolis: Vozes, 2017 (Cadernos de Gestão).

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

MINAYO, Maria Cristina de Souza. **Pesquisa social**: teoria, método e criatividade. 3.ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

MOLINA, Mônica Castagna; FREITAS, Helana Célia de Abreu. Avanços e desafios na construção da educação do campo. **Em Aberto**. Brasília, v. 24, n. 85, p. 17-31, abr. 2011.

SANTOS, Franqueline. Terto dos. **A “Recuperação” de assentamentos rurais em questão**: a experiência do Assentamento Rendeira – Alagoas. 2009. 174 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, Universidade Federal de Campina Grande, Campina Grande, 2009.

SIMULA, Pertti. **Relações Humanas e Cooperação**: para a transformação dos seres humanos, escolas e cooperativas. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

SOUZA, Dilson Renan de. **Reforma agrária**: as experiências em Alagoas (1980-2000). Maceió: EDUFAL, 2001.